

Orçamento aprovado a jato

Com o prazo esgotado, a Comissão Mista de Orçamento decidiu adotar um novo método de trabalho: aprovar todos os projetos a toque de caixa, sem que os parlamentares tenham tempo de ler os relatórios ou analisar mais detalhadamente em quais projetos o governo deverá aplicar os recursos em 1991. A correria já provocou uma série de críticas. O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) afirmou que a votação do Plano Plurianual, por exemplo, não passa de um trabalho "de mentirinha". Explicou que recebe os relatórios meia hora antes de iniciar a votação e não há tempo de estudar qualquer projeto.

"O Congresso americano passa a maior parte do ano envolvido na análise do orçamento, que é ponto fundamental em qualquer governo. Nós analisamos tudo em quinze dias, o que acaba gerando distorções e falta de análise. No ano que vem, temos que estudar muito bem essa questão e mudar a legislação, de forma a dar mais tempo para os parlamentares analisarem os textos", afirmou Dornelles.

Sem analisar os textos, os deputados e senadores da comissão aprovaram ontem um orçamento de Cr\$ 101 bilhões para o Banco Central, sendo que Cr\$ 1 bilhão se refere somente ao Vale-Refeição. No caso do Instituto de Reesseguros do Brasil (IRB), havia mais de Cr\$ 1 bilhão para a construção de shopping centers. Segundo Dornelles, a distorção quase passa despercebida na reunião da comissão que terminou à 1h00 da madrugada de ontem.

Eleições

"Se ninguém tivesse levantado a questão, passaria como passou todo o orçamento do Banco Central", afirmou Dornelles.

O presidente da Comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), e o vice-líder do PMDB encarregado de acompanhar os trabalhos, deputado Genebaldo Correa (PMDB-BA), atribuiram a "correria" às eleições deste ano. Como a maioria dos parlamentares estava preocupada em garantir a vaga no Congresso em 91, os trabalhos da comissão seguiram a passo de tartaruga até a última semana, quando os congressistas retomaram o ritmo normal de trabalho.

A falta de análise do orçamento irritou até mesmo o deputado Basílio Villani (PRN-PR), um dos vice-líderes do governo na Câmara. Como integrante da bancada governista, ele se considera na obrigação de aprovar o orçamento como veio, mas não deixa de ter críticas. Disse que, no caso do Banco Central, teria que haver maiores explicações.

A Comissão de Orçamento já aprovou 50% dos relatórios setoriais e, a partir de hoje, vai começar a analisar a parte de segurança social e infra-estrutura — transportes, educação, saúde, meio ambiente, energia. A previsão da comissão é terminar os trabalhos até amanhã para na próxima semana, levar o relatório final para plenário, onde deverá ocorrer uma nova votação em tempo recorde, sem qualquer análise prévia por parte dos congressistas.